



Lula embarca para COP 28 em Dubai e visita mais três países

Dino e Gonet devem ser sabatinados na terceira semana de dezembro

Página 4

Mais de 140 afegãos estão acampados em aeroporto de São Paulo

Página 2

Arrecadação federal chega a R\$ 215,6 bi em outubro

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve leve alta, alcançando R\$ 215,60 bilhões em outubro, segundo dados divulgados na segunda-feira (27) pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 0,1%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com outubro de 2022.

No acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação chegou a R\$ 1,9 trilhão, recuo real de 0,68%, em relação aos nove primeiros meses do ano passado. Os dados sobre a arrecadação de outubro estão disponíveis no site da Receita Federal. **Página 3**

Novo Acordo de Regras de Origem ajuda produção do Mercosul



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Página 6

Empregador prestará contas sobre igualdade salarial

Página 6

Paralisação da Linha 9-Esmeralda durante greve em outubro foi sabotagem, diz polícia

Página 2

Esporte

Mercedes supera Ferrari na briga pelo vice campeonato de 2023

Por **Tiago Mendonça**

Deu Mercedes na disputa mais importante da corrida de encerramento da temporada de 2023 da Fórmula 1. Com George Russell, em terceiro, e Lewis Hamilton, em nono, a escuderia alemã colocou seus dois pilotos na zona de pontuação e levou a melhor contra a Ferrari na disputa pelo vice-campeonato do mundial de construtores.

Com o resultado, a Mercedes somou um total de 409 pontos na classificação, três a mais que a escuderia de Maranello, que ficou com 406 no terceiro lugar.

Logo após a prova, Russell exaltou a união da equipe e

destacou a importância do vice-campeonato em termos financeiros para o time.

“Isso significa uma quantia enorme. Há muitas pessoas na fábrica que trabalham muito para conseguir isso”, falou o britânico.

Com Hamilton e Carlos Sainz largando em posições desafiadoras, Russell e Charles Leclerc foram os protagonistas da luta pelo vice-campeonato em Yas Marina.

À frente do britânico ao longo da prova, o monegasco da Ferrari ousou em uma última rodada para tentar levar a melhor no campeonato de construtores.

A poucas voltas para o fim da corrida, Leclerc – que era o segundo colocado – deixou Sergio Pérez, da Red Bull, que es-



George Russell

tava em terceiro e bem à frente de Russell, ultrapassá-lo. Como Pérez teria 5 segundos

acrescidos ao seu tempo final como punição pelo incidente com Lando Norris, da McLa-

ren, o monegasco abriu caminho para que o mexicano passasse por ele, assumisse a segunda posição e tentasse abrir a vantagem necessária para Russell, que então cairia para o quarto lugar. Neste cenário, o resultado seria suficiente para Leclerc somar os pontos para que o time italiano ficasse com o vice-campeonato.

No fim das contas, a estratégia não deu certo. Pérez não conseguiu abrir os 5 segundos para Russell, Leclerc acabou ficando mesmo com o segundo lugar e o britânico, em terceiro. O piloto da Mercedes ainda enalteceu a postura do rival da Ferrari por ter jogado limpo e não ter diminuído o ritmo para tentar segurá-lo e facilitar o trabalho de Pérez, conduta

elogiada também por Toto Wolff, chefe do time alemão.

“Acho que foi um ótimo final na luta pelo vice-campeonato”, disse Toto Wolff. “Acho que a pilotagem de George foi excepcional.”

“Eu também acho que Charles teve espírito esportivo, não tentando segurar George. Duas grandes equipes, duas grandes marcas que lutaram até o fim”, acrescentou Toto.

Também envolvidos na disputa, Hamilton recebeu a bandeira quadriculada em nono lugar. Sainz, por sua vez, não pontuou. A vitória ficou mais uma vez com Max Verstappen. Desta forma, a Red Bull venceu 21 das 22 etapas do Mundial.

Pecco Bagnaia vence na Espanha e é bicampeão na MotoGP

Por **Járcio Baldi**

Francesco Bagnaia é bicampeão na categoria MotoGP. O italiano venceu a prova no último domingo em Valência. Jorge Martin chocou-se com Marc Márquez e disse adeus às remotas chances que tinha, deixando o caminho livre para Bagnaia. “Nas circunstâncias de hoje (domingo) era desnecessário vencer a corrida, mas era o meu sonho conquistar a vitória”. “Estou tão feliz, mas confesso que eu estava nervoso”. “Após cinco voltas comeci a sentir um frio na barriga e fiquei bastante assustado por causa do pneu dianteiro, não foi um dia fácil porque eu estava sob muita pressão”, disse

Bagnaia. Ano passado Pecco também conquistou o título na última prova em Valência numa disputa com Fabio Quartararo da Yamaha. “Foram situações diferentes, Fabio era rápido, mas sua moto não lhe dava condições de lutar contra mim”. “Lutar contra o Martin foi muito mais difícil, a começar que ele possui o mesmo maquinário”. “Após a prova de Barcelona, Jorge estava cada vez mais confiante, e após a minha queda na Índia isso deu mais ânimo a ele”. “Compartilhar mais dados entre as equipes é melhor, mas também é mais estressante” finalizou Bagnaia, que teve a ajuda de seu mentor Valentino Rossi para acalmá-lo antes da prova decisiva.

Jorge Martin perdeu várias

posições ao quase tocar-se com Bagnaia no final da reta principal. Na tentativa de recuperar-se Martin chocou-se com Marc Márquez. “Minha estratégia era ficar em primeiro o mais rápido possível e talvez depois fazer uma corrida mais lenta”. “Achei que era muito cedo para estar na primeira posição, então esperei um pouco. Mas o problema é que fui sugado quando estava no vácuo de Pecco e quase o acertei”, disse Martin. O espanhol também falou sobre seu choque com Márquez. “Com Marc, não há nada que eu poderia fazer. Ele viu que eu estava por dentro e então soltou os freios para defender a posição”. “Não estou dizendo que a culpa é dele, mas também não é minha, foi uma situação de corrida”.

Marco Bezzecchi estava irritado com Marc Márquez, que o tirou da prova logo no início. Quanto ao incidente o italiano disse que não havia explicação: “Ele me tocou e tirou da prova”. “Felizmente estou bem mas sinto algumas dores no ombro e no pé esquerdo. Agora, ambos os ombros não estão 100%. Foi isso que aconteceu”. O incidente foi investigado pelos comissários da FIM, e foi declarado um incidente de corrida sem que houvesse punições. Questionado sobre por que achava que os comissários haviam chegado a essa conclusão, Bezzecchi respondeu: “Porque ele é Marc Márquez e ninguém faz nada contra ele”, e ainda declarou que Marc é o piloto mais sujo do grid. Marquez por

sua vez, quando questionado sobre o episódio pelo canal DAZN, apenas disse: “Não perderei meu tempo com esse personagem”.

Apesar de cruzar a linha em segundo lugar, Fabio Di Giannantonio, que assinou com a VR46 para 2024, foi penalizado em 3 segundos, pela pressão dos pneus da sua moto estarem abaixo do limite permitido. Com isso o italiano ficou com o quarto posto, Zarco subiu para segundo e Brad Binder ficou com o terceiro lugar. A CryptoDATA RNF team perdeu as duas vagas no grid para a temporada 2024. De acordo com o posicionamento do Comitê formado pela Dorna, FIM e IRTA, a decisão foi tomada devido a “repetidas infrações e violações do

Acordo de Participação que afetam a imagem pública do MotoGP”. O Comitê de Seleção irá analisar as candidaturas para uma nova Equipe Independente, utilizando máquinas Aprilia, para se juntar ao grid da categoria MotoGP em 2024. A Dunlop deixou de fornecer os pneus para as categorias Moto2 e Moto3, entrando em seu lugar a italiana Pirelli.

Na Moto3, mais uma vez Diogo Moreira não conseguiu finalizar a prova, após contato com Xavi Artigas, que foi penalizado com duas voltas longas. Ontem Diogo Moreira participou dos testes oficiais na categoria Moto2 com seu novo time, a Italtrans. O brasileiro ficou com o 21º tempo.

SP decreta ponto facultativo após anúncio de greve de trem e metrô

Território de comunidade quilombola é titulado em SP

O território tradicional da comunidade quilombola Jaó, em Itapeva, no estado de São Paulo, foi reconhecido e titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 17 anos após certificação da Fundação Cultural Palmares.

A delimitação de pouco mais de 165 hectares, onde vivem 266 pessoas, segundo o Censo de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União da segunda-feira (27).

A comunidade Jaó teve início quando um casal que resistiu ao regime escravocrata no final do século 19, recebeu as terras abandonadas do Sítio da Ponte Alta, para que pudesse viver próximo da fazenda onde passou a trabalhar. Além da lavoura em outros sítios, o casal e seus descendentes passaram a produzir também nas terras da comunidade, para subsistência.

As tradições de raízes africanas se perpetuaram ao longo das gerações e permaneceram presentes no convívio coletivo das famílias para cultivar a terra. As 65 famílias se fortaleceram com a criação da Associação dos Produtores Rurais Quilombos do Jaó, que viabilizou a autodeclaração e o reconhecimento da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, em dezembro de 2006, período em que a comunidade deu início ao processo para titulação das terras.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) só foi finalizado pelo Incra dez anos depois, em novembro de 2016 e foram necessários mais sete anos para que a comunidade pudesse acessar o direito ao lugar onde vive, planta e perpetua sua cultura. (Agência Brasil)

O governo de São Paulo decretou ponto facultativo na terça-feira (28) para minimizar os impactos da greve de servidores estaduais, incluindo metroviários, ferroviários, trabalhadores da Sabesp e professores, anunciada para hoje. A medida será publicada no Diário Oficial do Estado.

A suspensão do expediente vale para todos os serviços públicos estaduais da capital, garantindo a remarcação de consultas, exames e demais serviços que estavam agendados para a data da greve. Os serviços de segurança pública não serão afetados, assim como os restaurantes e postos móveis do Bom Prato.

O governo também decidiu adiar o Provão Paulista, que começaria a aplicação dos exames nesta terça-feira. Os 1,2 milhão de

estudantes inscritos farão as provas a partir do dia 29. "Os profissionais da educação estão excepcionalmente excluídos do ponto facultativo, já que estarão envolvidos na preparação do Provão que ocorre dia 29", diz o comunicado.

Também foi feito um pedido na Justiça para garantir a operação da CPTM e Metrô. O pedido do Metrô, que ainda aguarda decisão final do judiciário, obriga a presença de 100% dos funcionários do sistema de transporte durante os horários de pico e de pelo menos 80% no restante do dia.

A paralisação é puxada por trabalhadores de diversos setores do funcionalismo público do estado de São Paulo. Eles protestam contra os projetos de privatização de serviços públicos

em andamento (Sabesp, Metrô, CPTM) liderados pelo governador Tarcísio de Freitas.

Mais de 40 entidades estão mobilizadas, incluindo trabalhadores do Metrô, CPTM e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Eles já fizeram uma greve em 3 de outubro com a mesma reivindicação. Os sindicatos pedem que seja realizado um plebiscito para ouvir a população sobre a concessão à iniciativa privada.

Asssembleia unificada está marcada para esta segunda-feira (27), às 16h, com votação simbólica da greve desta terça.

A Sabesp é a maior preocupação das entidades neste momento, principalmente depois de o projeto de lei que autoriza a desestatização da empresa ter

recebido aval durante reunião conjunta de comissões da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na quarta-feira (22), ficando disponível para a discussão em plenário. Com 27 votos favoráveis, o relatório feito pelo deputado Barros Munhoz (PSDB) foi acatado pelos parlamentares.

A proposta deu entrada na Casa no dia 18 de outubro e, durante o período em que esteve em pauta, recebeu 173 emendas, que propõem acrescentar ou alterar dispositivos da matéria, e quatro substitutos contrários à desestatização da companhia. O texto foi analisado pelas comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Planejamento; e Infraestrutura da Alesp. (Agência Brasil)

Mais de 140 afegãos estão acampados em aeroporto de São Paulo

Refugiados afegãos continuam chegando ao Brasil pelo Aeroporto de Guarulhos, onde ficam acampados à espera de abrigo. A prefeitura de Guarulhos informou que 148 pessoas estão no Terminal 2 do aeroporto, segundo levantamento feito nesse domingo (26). Alguns dos estrangeiros estão há mais de três semanas aguardando providências.

Aline Sobral, do Coletivo Frente Afegã, destaca as inúmeras dificuldades dos refugiados enquanto esperam no aeroporto. Entre elas, a falta de acesso a banho, que, segundo ela, pode gerar um novo problema de saúde. A voluntária lembra que, em junho, houve um surto de sarna entre os afegãos acampados no saguão.

"É uma condição desumana, é uma condição sub-humana.

Eles são praticantes da religião islâmica, que faz cinco orações diárias. Eles têm que ter, no mínimo, cinco asseios no seu corpo para poder fazer a oração. Isso está prejudicando eles em todos os sentidos, sem falar que estão se sentindo excluídos, porque não estão sendo acolhidos da forma correta que se deve acolher uma pessoa que pede refúgio no país", criticou.

Desde 2021, quando o governo brasileiro concedeu visto humanitário para afegãos em função da tomada do poder do Talibã no Afeganistão, uma leva de imigrantes e refugiados afegãos tem chegado ao país. O governo brasileiro concedeu mais de 12 mil vistos e pouco mais de 7,2 mil refugiados já chegaram ao país, segundo dados atualizados até setembro.

A concessionária GRU Airport afirmou, em nota, que a atuação direta de acolhimento é feita pela prefeitura de Guarulhos. De acordo com o governo municipal, as 257 vagas existentes em abrigos do município e do governo estadual para imigrantes e refugiados estão ocupadas.

A prefeitura afirma que tem garantido a segurança alimentar dos refugiados dentro do aeroporto fornecendo três refeições diárias, além de kits de higiene e cobertores.

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social informou, em nota, que está em avançadas tratativas para acolher mais 150 refugiados em um complexo localizado na região metropolitana de São Paulo, com potencial para até 300 pessoas. "Os primeiros a

serem transferidos serão os afegãos que permanecem acampados no aeroporto."

A nova estrutura deverá estar pronta em 30 dias. "O Governo de SP investiu, em 2023, mais de R\$ 6 milhões para acolher migrantes e refugiados em 10 serviços, sendo duas casas de passagem e oito repúblicas com capacidade para mais de 200 pessoas. Todos continuam com capacidade de 100% ocupada", diz o texto.

A Agência Brasil solicitou posicionamento ao governo federal e aguarda retorno. Inicialmente, o pedido foi feito ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que indicou o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para responder sobre o acolhimento dos afegãos. (Agência Brasil)

Paralisação da Linha 9-Esmeralda durante greve em outubro foi sabotagem, diz polícia

A Polícia Civil apontou que a paralisação dos trens na Linha Esmeralda no dia 3 de outubro, durante a greve de metroviários e ferroviários, foi causada por sabotagem em diferentes pontos da linha. A ação criminosa atrasou o restabelecimento do sistema em várias horas e prejudicou milhões de passageiros.

Realizada pelas equipes do 27º Distrito Policial (Campo Belo), a investigação ouviu diversas testemunhas, incluindo funcio-

nários da empresa, que relataram terem encontrados vários objetos que foram arremessados tanto na rede aérea de energia do sistema quanto na linha férrea.

Em um ponto da linha, próximo da estação Autódromo, também foram identificados sinais de vandalismo em uma máquina de chaveamento de via. A fiação do equipamento foi completamente arrancada, impedindo o restabelecimento do sistema. As informações constam no laudo elaborado

pelo Instituto de Criminalística. O documento também mostra os locais onde o gradil de proteção foi aberto para a entrada dos criminosos da linha férrea.

As equipes do 27º DP analisaram imagens de diferentes câmeras de segurança instaladas ao longo da via, contudo, nos pontos onde houve sabotagem, não havia monitoramento. A polícia acredita que os criminosos tenham escolhido estes pontos para não serem identificados.

"Foram realizadas varreduras nos pontos onde os objetos foram arremessados, que não possuem câmeras. Não foi possível identificar os autores, mas verificamos que houve atentados em diversos pontos da linha, com arremesso de objetos estranhos ao sistema nas estações de Osasco a Interlagos, que foram apreendidos."

O inquérito agora será concluído e relatado para análise do Ministério Público e Poder Judiciário.

Alesp recebe cartilha com sugestões de investimentos no turismo paulista

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo e a InvestSP, a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, criaram juntas uma cartilha de "Sugestões para Emendas Parlamentares", que foi apresentada na semana passada ao deputado Dr. Elton, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Além disso, cada um dos 94 deputados irá receber uma cartilha física.

O objetivo é destacar os projetos de grande impacto para o aumento do fluxo de visitantes e

direcionar os investimentos do setor. O foco da pasta é promover a identidade paulista e manter o comprometimento com a participação social, preservar o equilíbrio das contas públicas, valorizar as pessoas, cumprir prazos e realizar ações que gerem resultados sociais e econômicos.

"São Paulo tem um grande potencial social e econômico, precisamos continuar investindo no turismo para mostrar, tanto ao Brasil, quanto ao mundo, as belezas que o estado possui", afir-

mou Roberto de Lucena, o secretário de Turismo e Viagens de São Paulo. O estado é o que mais recebe turistas no Brasil.

O conjunto de programas e ações de fomento, estruturação e promoção da atividade turística de São Paulo estão em destaque na publicação. Entre eles, o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET); o Programa de Incentivo ao Crédito (Creditur SP); a Academia do Turismo SP; os Distritos Turísticos; o Programa Sabor de São Paulo, de valorização da

gastronomia; os parques e a certificação em ecoaventura.

A pasta está em busca de parcerias estratégicas para divulgar as diversas áreas do setor, como o Turismo Rural, Náutico, Ferroviário, de Negócios, Histórico, Religioso, Gastronômico, de Aventura, Sol e Praia, Cultural, Ecoturismo, entre outros.

A "Cartilha Sugestões para Emendas Parlamentares" está disponível para acesso no site da Setur-SP e será distribuída na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

SP abre consulta pública para Plano de Energia 2050; ação mira redução de gases estufa

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), abriu a Consulta Pública sobre o Plano Estadual de Energia 2050 - PEE 2050. As contribuições podem ser feitas, via formulário, até as 18h do dia 22 de dezembro, disponível no site da Semil.

O plano é um compromisso assumido pelo Estado ao aderir às iniciativas "Race to Zero" e "Race to Resilience" no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Além disso, trata-se de um instrumento de planejamento que busca a redução das emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE), com a ambição de alcançar emissões líquidas de carbono zero. Isso será realizado por meio de estratégias de descarbonização que privilegiem os recursos energéticos paulistas, tendo como pilares a sustentabilidade, a segurança energética e a acessibilidade.

O PEE 2050, resultado de uma parceria da Semil com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - POLI/USP, se configura,

também, como um indicativo de previsibilidade para o mercado, evidenciando um ambiente de negócios no estado de São Paulo favorável à realização de investimentos em projetos de transição energética.

Dividido em duas fases, sendo a primeira com cinco eixos estruturantes - meio ambiente, social, infraestrutura, regulação e mercado - o Plano conta com 12 áreas de atuação. São elas: eficiência energética; disponibilidade hídrica e múltiplos usos; projetos híbridos; redes inteligentes; recursos energéticos; bio-

massa, biocombustíveis e resíduos; petróleo, gás natural e derivados; eólica offshore; hidrogênio; eletromobilidade; mudanças climáticas; e mecanismos de mercado. Tudo isso, dentro de quatro vetores de transformação: descarbonização, descentralização, diversificação e digitalização.

Cabe destacar que o PEE 2050 está em linha com o Plano de Ação Climática 2050 - PAC 2050. Dessa forma, as diretrizes do Estado de São Paulo para o setor de energia, um dos eixos do PAC 2050, estão devidamente integradas.



CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereador-presidente Milton Leite (União) jogou tudo pra eleger André 'Negão' (grupo do Andrez) presidente no Corinthians. Acontece que no futebol a política não tem lógicas partidárias

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito Ricardo Nunes (MDB), que é fervoroso católico, tá sofrendo mais - com o seu Palmeiras - do que quando o corinthiano e deputado federal Boulos (PSOL) entra em campo pra causar

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Enquanto deputados corinthianos tão decepcionados, as deputadas corinthianas comemoram o time feminino ganhar absolutamente tudo que disputou nos torneios do Brasil e no exterior

GOVERNO (São Paulo)

Ao dizer que 'não vai embarcar' numa possível 'tarifa zero', como está ensaiando o prefeito Nunes (MDB), o governador Tarcísio (Republicanos) demonstra que, se embarcar vai ser em 2026?

CONGRESSO (Brasil)

O ministro Flávio Dino (ex- PC do B, no PSB) vai pro 'beija mão' nos colegas senadores Moro, Flávio (filho do Bolsonaro) e Mourão? Terá pelo menos 41 votos pra assumir cadeira no Supremo?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O governo do Lulismo (3) - dono do PT - quer ser protagonista na COP 28, numa paz quase impossível entre Israel x hamas e em auxiliar os peronistas que catam os cacós na Argentina

PARTIDOS (Brasil)

Agora com 29 os partidos, vale lembrar que o PSDB vai completar 36 anos em 2024. Parece estar morto, mas pode ressurgir das cinzas com a fênix de Minas Aécio Neves. Será que tá simples

JUSTIÇAS (Brasil)

A Justiça Eleitoral brasileira tá apostando tudo no seu teste público de segurança das urnas eletrônicas usadas nas eleições. A ideia é demonstrar que elas são as mais seguras do mundo ...

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263
3º andar

CEP: 01332-030

Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Arrecadação federal chega a R\$ 215,6 bilhões em outubro

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve leve alta, alcançando R\$ 215,6 bilhões em outubro, segundo dados divulgados na segunda-feira (27) pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 0,1%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com outubro de 2022.

No acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação chegou a R\$ 1,9 trilhão, recuo real de 0,68%, em relação aos nove primeiros meses do ano passado. Os dados sobre a arrecadação de outubro estão disponíveis no site da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$ 195,58 bilhões, representando acréscimo real de 0,71%, enquanto no período acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R\$ 1,8 trilhão, alta real de 0,65%.

Os resultados foram influenciados por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos tanto em 2022 quanto em 2023, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis também influenciaram no resultado.

Lucro das empresas

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 52,49 bilhões em outubro, com redução real de 7,06% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo decréscimo real de 12,98% na ar-

recadação da estimativa mensal de empresas e de 12,25% na arrecadação do balanço trimestral. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

A Receita ressaltou, por outro lado, que, em outubro do ano passado, houve pagamentos atípicos de R\$ 3 bilhões nessa arrecadação.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R\$ 409,91 bilhões, com queda real de 8,59%. O desempenho é explicado pelo recuo real de 14,29% da estimativa mensal e de 33,96% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022, conjugados com os acréscimos reais de 4,95% do lucro presumido.

“Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração

de commodities [produtos primários com cotação em mercados internacionais], no período de janeiro a outubro deste ano, e de 40 bilhões, no mesmo período de 2022”, informou a Receita Federal.

Fatores não recorrentes

Contribuindo para melhorar a arrecadação, houve recolhimento extra do imposto de exportação sobre combustíveis em outubro deste ano, de R\$ 47 milhões, o que não ocorreu no mesmo mês de 2022.

Por outro lado, também houve desonerações tributárias. Apenas em outubro, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 1,46 bilhão; em outubro de 2022 havia sido de R\$ 3,75 bilhões. No ano, a desoneração chega a R\$ 28,71 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R\$ 1,9 bilhão à Receita no mês

passado e R\$ 19 bilhões de janeiro a outubro.

“Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 3,22% na arrecadação do período acumulado e um acréscimo real de 1,03% na arrecadação do mês de outubro”, informou o órgão.

Outros destaques

Outro destaque da arrecadação de outubro foi a Receita Previdenciária que teve aumento real de 3,28%, chegando a R\$ 48,70 bilhões. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 1,72% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 27% nas compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

No acumulado do ano, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 486,98 bilhões, com crescimento real de 5,43%.

O PIS/Pasep e a Cofins apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R\$ 37,46 bilhões no mês passado, representando crescimento real de 8,2%. Esse desempenho é explicado pela combinação dos seguintes fatores: do aumento real de 2,9% no volume de vendas e da queda real de 1,2% no volume de serviços entre setembro de 2023 e setembro de 2022; e da modificação da tributação incidente sobre o diesel, gasolina e álcool.

O Imposto de Renda Retido na Fonte - Rendimentos de Capital apresentou uma arrecadação de R\$ 8,68 bilhões, com crescimento real de 26,11%. Os resultados podem ser explicados pela alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda

fixa. No acumulado do ano, o acréscimo foi 23,92% nesse item, chegando a R\$ 90,30 bilhões.

Em outubro, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) teve uma arrecadação de R\$ 4,40 bilhões, com aumento real de 5,88%. Esse resultado se deve ao acréscimo real de 14% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual.

No acumulado do ano, outro destaque é para IRRF - Rendimentos do Trabalho apresentou uma arrecadação de R\$ 157,80 bilhões, com crescimento real de 4,54%. Esse resultado se deve às altas nos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado” (6,36%) e “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR” (11,92%), combinados com o decréscimo no item “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público” (6,32%).

Indicadores macroeconômicos

A Receita Federal apresentou, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação, tanto no mês quanto no acumulado do ano. Entre os indicadores, estão a venda de serviços, com queda de 1,2% em setembro (fator gerador da arrecadação de outubro) e crescimento de 3,8% no ano; e a massa salarial, que cresceu 6,99% em setembro (12,99% no ano), em relação ao mesmo mês de 2022.

A venda de bens também cresceu 2,9% no mês e 3,56% no ano. Já a produção industrial caiu 0,82% em setembro e 1,12% no acumulado do ano, comparado ao período de dezembro de 2021 a setembro de 2022.

O valor em dólar das importações, vinculado ao desempenho industrial, também teve recuo, de 12,94% em relação a setembro do ano passado e 12,04% no ano. (Agência Brasil)

Mercado reduz previsão da inflação de 4,55% para 4,53% este ano

Pela terceira semana seguida, a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução, passando de 4,55% para 4,53% este ano. A estimativa está no Boletim Focus da segunda-feira (27), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,91%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2023 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é 67%. A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda se situa dentro do

intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em outubro, o aumento de preços das passagens aéreas pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,24%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual foi abaixo da taxa de setembro, que teve alta de 0,26%.

A inflação acumulada este ano atingiu 3,75%. Nos últimos 12 meses, o índice está em 4,82%.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 12,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela terceira vez no semestre, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões. Ainda assim, o Copom indicou que poderá mudar o tempo do período de cortes, caso as condições tornem mais difícil reduzir juros.

De março de 2021 a agosto

de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. Por um ano, de agosto do ano passado a agosto deste ano, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2023 em 11,75% ao ano. A última reunião do Copom em 2023 ocorre em 12 e 13 de dezembro.

Para o fim de 2024, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,25% ao ano. Para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 8,75% ao ano e 8,5% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos enca-

recem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano variou de 2,85% para 2,84%.

Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,5%. Para 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,93% e 2%, respectivamente.

A previsão para a cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. Para o fim de 2024, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05. (Agência Brasil)

Novo Acordo de Regras de Origem ajuda produção do Mercosul

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse na segunda-feira (27) que a conclusão do novo Acordo de Regras de Origem, aprovado em julho durante a reunião de cúpula do Mercosul na Argentina, aprofundará “integração e resiliência” das cadeias de produção do bloco.

“Já concluímos as negociações do novo Acordo de Regras de Origem do Mercosul, fundamental para aumentarmos a previsibilidade do ambiente de negócios e nossa competitividade no comércio internacional. Com esse acordo, o Mercosul estará alinhado com as melhores práticas internacionais”, declarou Alckmin por meio de um vídeo apresentado durante o 11º Fórum Empresarial do Mercosul, em Brasília.

De acordo com o MDIC, o novo texto adotou as “melhores práticas internacionais”, simplificando normas e tornando o mecanismo de verificação e controle de origem mais ágil. As novas regras preveem um aumento de 5% no limite de insumos importados em um produto com origem brasileira.

Dessa forma, para uma mercadoria ser considerada nacional, ela deve ter, no máximo, 45% da matéria-prima comprada de um país fora do Mercosul. “Essa flexibilização vale

para 100% dos produtos industriais e 80,5% dos agrícolas – os outros 19,5% tiveram o percentual mantido em 40%”, informou o ministério.

Ainda segundo a pasta, a Argentina tem a mesma regra que o Brasil. “Com regras diferentes, Paraguai e Uruguai possuem limites de insumos importados de 60% e 50%, respectivamente”, acrescentou.

Compras públicas

Na abertura do fórum na segunda-feira, Alckmin elogiou também o protocolo de compras públicas do Mercosul. Segundo ele, este protocolo terá “efeito indutor no desenvolvimento inclusivo e sustentável do bloco, além de dar mais eficiência à prestação de serviços públicos em nossos países”.

“Temos diante de nós o desafio e a oportunidade de promovermos o desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos, acelerando a transição energética, bem como para a conservação do meio ambiente e para a inclusão social”, acrescentou.

Alckmin destacou também o esforço brasileiro na presidência pro tempore do bloco para concluir acordos com a União Europeia e com Singapura, “de importância geopolítica e sinal de integração em um mundo cada vez mais fragmentado”. (Agência Brasil)

Petrobras desiste da venda de refinaria no Ceará

A Petrobras anunciou na segunda-feira (27) que rescindiu o contrato de venda da refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza. Em termos práticos, isso significa que a estatal não vai mais vender a instalação. O negócio tinha sido anunciado em maio do ano passado, por US\$ 34 milhões, o equivalente, em valores de hoje, a cerca de R\$ 170 milhões.

O comprador seria a Grepar Participações Ltda., controlada pela Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda. e Holding GV Participações S.A.

De acordo com comunicado da empresa, a desistência foi “em razão da ausência de cumprimento de condições precedentes estabelecidas até o prazo final definido em tal contrato (25/11/2023), em que pesem os melhores esforços empreendidos pela Petrobras para conclusão da transação”.

Condições precedentes

O termo “condições prece-

denentes” é uma prática comum em contratos de compra e venda de empresas e representa uma série de compromissos que devem ser cumpridos pelas partes envolvidas após a assinatura do contrato inicial. Caso as condições não sejam atingidas, o negócio é desfeito.

No comunicado, a Petrobras não informou especificamente quais termos não foram cumpridos. Dez por cento do valor da venda, US\$ 3,4 milhões, foram pagos à estatal no dia do anúncio do negócio. O comunicado desta segunda-feira não informa se e como o valor será devolvido.

O processo de venda da Lubnor tinha, inclusive, já sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que verifica se compras e fusões de empresas não são prejudiciais à ampla e livre concorrência.

“A Petrobras reforça o seu compromisso com a continuidade

de operacional da Lubnor, com a confiabilidade e disponibilidade de suas unidades e zelando pela segurança e respeito ao meio ambiente e às pessoas”, publicou a companhia.

A refinaria

Inaugurada em 1966, a Lubnor é uma das líderes na produção de asfalto no Brasil, sendo responsável por cerca de 10% da produção no país. A instalação produz ainda lubrificantes naftênicos, um produto para usos como isolante térmico para transformadores de alta voltagem e amortecedores para veículos e equipamentos pneumáticos.

Além de produtora, a refinaria é também distribuidora de asfalto para nove estados das regiões Norte e Nordeste.

Sindicato

O Sindicato dos Petroleiros do Ceará e Piauí comemorou o cancelamento da privatização. “Queremos agradecer a toda a sociedade civil, movimentos so-

ciais, parlamentares e demais apoiadores que lutaram contra esse processo de privatização e, principalmente, dar os parabéns à valorosa categoria petroleira, que chegou a realizar uma greve contra essa venda”, disse, pelas redes sociais, o presidente do sindicato, Fernandes Neto.

Plano estratégico

À época do anúncio da venda, a Petrobras tinha informado que “a operação estava alinhada à estratégia de gestão de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando à maximização de valor e maior retorno à sociedade”.

O cancelamento de agora vai ao encontro do entendimento da atual diretoria, que tomou posse em 2023. Na última sexta-feira (24), na apresentação do plano estratégico para o quinquênio 2024-2028, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, afirmou que não mais seriam vendidas refinarias. “Pelo contrário, vamos investir nelas”. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

FATO RELEVANTE

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivitiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, (“Securitizedora” ou “Virgo”), na qualidade de credora das Cédulas de Produto Rural Financeira (conforme abaixo definidas) e emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 128ª Emissão da Virgo (“Termo de Securitização” e “Emissão CRA 128”, respectivamente), lastreadas nas Cédulas de Produto Rural Financeira nº 001/2022, Cédula de Produto Rural Financeira nº 002/2022, Cédula de Produto Rural Financeira nº 003/2022, Cédula de Produto Rural Financeira nº 004/2022, Cédula de Produto Rural Financeira nº 005/2022, Cédula de Produto Rural Financeira nº 006/2022 e Cédula de Produto Rural Financeira nº 007/2022, emitidas, em 10/01/2022, pela Agrocin Agropecuária LTDA, sociedade limitada com sede na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, na Estrada Usina São Manuel, s/n, Bairro Rural, CEP 18650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.482.429/0001-94 (“CPR-Es”, “Agrocin Agropecuária” ou “Devedora”, respectivamente), em continuidade ao Fato relevante divulgado em 06 de outubro de 2023, vem, por meio desta, informar que não houve o pagamento da Remuneração da Emissão CRA 128, prevista para 22 de novembro de 2023. Diante do acima exposto, a Virgo esclarece que está em contato com os investidores e manterá os mesmos e o mercado em geral atualizados sobre quaisquer informações relevantes, inclusive a respeito de convocação ou realização de Assembleia de Titulares dos CRA com a totalidade dos Titulares dos CRA, conforme o caso, diante das informações relacionadas aos eventos acima descritos. Todos os termos iniciados em letras maiúsculas aqui não definidos possuem o respectivo significado que lhes são atribuídos no Termo de Securitização da Emissão CRA 128. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 24 de novembro de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 Daniel Monteiro Coelho de Magalhães Diretor de Relações com Investidores

Lula embarca para COP 28 em Dubai e visita mais três países

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou, na segunda-feira (27), para participar da 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 28), em Dubai, nos Emirados Árabes. Na oportunidade, ele ainda visitará Arábia Saudita, Catar e Alemanha para tratar de temas de interesse do país e se reunir com empresários, na busca de investimentos para o Brasil.

“A caminho de Riade, capital da Arábia Saudita, para uma série de agendas de interesse nacional. Abertura de mercados e atração de investimentos, principalmente em energia renovável. Depois, iremos para Doha, e teremos a COP 28 nos Emirados Árabes. Muito trabalho para recolocar nosso país no cenário internacional, e atrair investimentos que gerem emprego e desenvolvimento para o Brasil”, escreveu o presidente nas redes sociais.

Com isso, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, assume o comando do país. Na comitiva presidencial estão vários ministros, incluindo Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e Mauro Vieira, das Relações Exteriores, além da

primeira-dama Rosângela Lula da Silva e convidados

A COP 28 deverá fazer um balanço da implementação do Acordo de Paris – estabelecido na COP 21, em 2015. O Brasil deverá endossar o compromisso de manter o aumento da temperatura média global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, além de cobrar recursos para reparação e para uma transição justa para os países em desenvolvimento.

Na COP 21, cada país signatário estabeleceu metas próprias de redução de emissão de gases de efeito estufa, chamadas de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). A NDC brasileira, atualizada em 2023, estabelece que o Brasil deve reduzir as próprias emissões em 48% até 2025 e 53% até 2030, em relação às emissões de 2005.

Além disso, em 2023, o Brasil reiterou compromisso de alcançar emissões líquidas neutras até 2050. Ou seja, tudo que o país ainda emitir deverá ser compensado com fontes de captura de carbono, como plantio de florestas, recuperação de biomassa ou outras tecnologias.

Após o balanço na COP 28, a principal expectativa da COP 29 é definir novo patamar para financiar a ação climática e, depois disso, na COP 30, que ocorrerá no Brasil, o esperado é que os países apresentem suas novas NDCs.

A COP 28 ocorrerá entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro. O presidente Lula deverá participar nos dias 1 e 2 de dezembro, durante a reunião de cúpula com 140 chefes de Estado e de governo. O Brasil terá uma delegação com cerca de 1,5 mil participantes da sociedade civil, de empresas privadas, do Congresso Nacional, de governos estaduais e do governo federal.

Antes de Dubai, a primeira parada da viagem internacional de Lula será em Riade, na Arábia Saudita, onde o presidente se

reunirá com o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, que cumpre as funções de chefe de Estado. Lula também participará de um encontro com empresários sauditas e de um evento de promoção de produtos da empresa brasileira Embraer. A expectativa é de incremento dos investimentos sauditas no Brasil nos próximos anos.

No Catar, Lula aproveitará o contato com lideranças políticas e empresariais para aprofundar e diversificar a relação bilateral. Além disso, o presidente deve tratar da guerra entre Israel e o grupo político-militar palestino Hamas, que controla da Faixa de Gaza. O Catar é um interlocutor junto ao Hamas para negociações em relação ao conflito.

Embora a COP 28 só termine no dia 12 de dezembro, Lula deve

deixar os Emirados Árabes no dia 2 de dezembro. Do Oriente Médio, o presidente e parte de sua comitiva viajarão à Alemanha, onde Lula se reunirá com o presidente Frank-Walter Steinmeier e com o primeiro-ministro Olaf Scholz.

No país europeu, a agenda é ampla, com a expectativa de que sejam assinados uma série de memorandos de entendimento, declarações conjuntas, cartas de intenções, planos de trabalho e acordos para trocas de informações que já vêm sendo discutidos há meses. Os atos são em áreas como meio ambiente, bioeconomia, saúde, ciência e tecnologia e inovação.

Além disso, a Alemanha é um dos países que defendem a assinatura do acordo Mercosul-União Europeia. Terceira maior

economia mundial, atrás dos Estados Unidos e da China, a Alemanha é um importante parceiro do Brasil, sobretudo nos campos tecnológico e industrial. Mais de mil empresas alemãs atuam em território brasileiro e, segundo o Banco Central, o país germânico é a oitava maior fonte de investimentos no Brasil.

A retomada das viagens internacionais ocorre dois meses após Lula se submeter a uma cirurgia para restaurar a articulação do quadril. Nesse período, o presidente cumpriu agendas apenas em Brasília.

No retorno ao Brasil, Lula recepcionará os chefes de Estado do Mercosul, na cúpula que será realizada em 7 de dezembro, no Rio de Janeiro. (Agência Brasil)

Rio Grande do Sul confirma 53ª morte das chuvas de setembro

Quase três meses após o Rio Grande do Sul ser atingido pelo que o governo gaúcho classificou como “a maior catástrofe natural” dos últimos 40 anos”, o Instituto-Geral de Perícias (IGP) identificou o corpo de mais uma vítima, elevando para 53 o total de mortos já localizados.

A Defesa Civil estadual confirmou o reconhecimento na segunda-feira (27), um mês após o corpo ter sido encontrado. Sem citar nomes, o órgão informou

que se trata de um bombeiro civil que desapareceu enquanto “estava trabalhando no resgate às vítimas na cidade de Muçum [foto em destaque]”.

Segundo a Polícia Civil, em Muçum, ao menos três pessoas foram dadas como desaparecidas em consequência das chuvas intensas do início de setembro: o bombeiro voluntário Alciano Bianchi, 38 anos; a professora aposentada Beatriz Maria Pietta, 72, e Deoclydes José Zilio, 94. Até a

publicação desta reportagem, os três nomes continuavam constando na lista de desaparecidos do site da Polícia Civil.

Além de duas pessoas ainda desaparecidas em Muçum, os bombeiros seguem tentando localizar outras três pessoas em Arroio do Meio; Lajeado e Muçum.

Após o ciclone extratropical do início de setembro, o Rio Grande do Sul foi atingido por seguidos fenômenos climáticos que

causaram mais mortes e prejuízos. De acordo com a Defesa Civil estadual, só entre 15 de novembro e o início desta tarde, foram registrados outros cinco óbitos.

Duzentos e vinte e uma cidades gaúchas reportaram algum tipo de ocorrência, como alagamentos, deslizamentos ou inundações. Em todo o estado, o total de pessoas afetadas direta ou indiretamente pelas consequências das chuvas já supera 673 mil. (Agência Brasil)

Brasil e França firmam parceria para impulsionar transição energética

O Serviço Geológico do Brasil (SGB) e o órgão de Assuntos Internacionais do Serviço Geológico Francês (BRGM) firmaram cooperação para desenvolvimento de projetos conjuntos no campo das geociências.

A parceria ocorrerá nas áreas sobre minerais críticos para transição energética (considerados de alta relevância, mas que sofrem restrição, como lítio e cobalto), uso do urânio e armazenamento geológico de CO2 em aquíferos salinos profundos (formações que armazenam o dióxido de carbono longe da atmosfera, reduzindo o impacto das emissões).

De acordo com o SGB, o Brasil já tem parcerias com mais de 20 países, entre eles Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e

Japão.

O documento foi assinado pelo diretor-presidente do SGB, Inácio Melo (à direita na foto), e o diretor-geral francês, Jean-Claude Guillauneau (à esquerda), em paralelo à realização da Exposição Nuclear Mundial (WNE, em inglês), em Paris.

A delegação brasileira participa do evento, que reúne representantes do setor de energia nuclear – indústria, academia, especialistas e profissionais – de inúmeras nações a cada dois anos. Nesta edição, o debate é o uso da energia nuclear para fins pacíficos, como geração de eletricidade, aplicação na medicina, pesquisa científica e industrial. O evento ocorrerá de 28 a 30 de novembro na capital francesa. (Agência Brasil)

Impa divulga edital de seu primeiro curso de graduação

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) divulgou na segunda-feira (27) o edital de seleção de estudantes para o IMPA Tech, seu primeiro curso de graduação. O bacharelado em Matemática da Tecnologia e Inovação vai começar em 2024, no Porto Maravally, polo de tecnologia desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, na zona portuária da cidade.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas de 29 de novembro a 28 de dezembro, no site do Impa. A matrícula também será gratuita e os estudantes terão moradia e apoio financeiro. A duração será de quatro anos, com um ciclo básico de quatro períodos letivos.

Numa etapa posterior, os alunos poderão escolher entre as ênfases em Matemática, Ciência de Dados, Ciência da Computação ou Física. Para o diretor-geral do Impa, Marcelo Viana, o novo curso vai capacitar os estudantes para entrar de forma efetiva no mercado de tecnologia e inovação, atuando em áreas como inteligência artificial, machine learning, big data, entre outras.

“Sabemos bem do potencial do conhecimento matemático para contribuir para o desenvolvimento da geração de riqueza. A criação do IMPA Tech é mais uma iniciativa, de grande envergadura, do Impa para colocar esse conhecimento a serviço da sociedade brasileira”, disse Viana, em nota.

A localização do curso também é estratégica. O Porto Maravally vai abrigar, além do IMPA Tech, startups e empresas de tec-

nologia, criando um ambiente de inovação e colaboração.

Processo seletivo

Para 2024, o processo seletivo usará o desempenho dos estudantes em olimpíadas do conhecimento e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Serão ofertadas até 80 vagas para alunos medalhistas do nível 3 da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, promovida pelo Impa, e da Olimpíada Brasileira de Matemática; premiados nas modalidades A e/ou B da Olimpíada Brasileira de Química; níveis 2 e/ou 3 da Olimpíada Brasileira de Física e nas modalidades programação dos níveis 1 e 2 da Olimpíada Brasileira de Informática.

Segundo o edital, cada medalla garantirá uma pontuação diferente no processo de seleção do IMPA Tech.

Outras 20 vagas serão disponibilizadas para candidatos com melhor desempenho em Matemática no Enem. A seleção contará ainda com atividades em grupo e entrevistas individuais on-line.

O IMPA Tech terá vagas destinadas à ampla concorrência e reservará um quantitativo aos candidatos distribuídos em diferentes grupos de cotas, conforme detalhado no edital.

O IMPA Tech é um curso de ensino superior financiado pelo governo federal por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). A graduação conta com a parceria da Prefeitura do Rio, responsável pelo Porto Maravally. (Agência Brasil)

O governo estabeleceu os critérios para empresas e instituições complementem as informações para ações contra discriminação salarial entre homens e mulheres. As regras, que viabilizarão a execução e fiscalização da Lei da Igualdade Salarial (14.611/2023), foram publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego na segunda-feira (27), no Diário Oficial da União.

As novas diretrizes entram em vigor em dezembro e definem que os relatórios, já previstos na lei, serão elaborados pelo governo com dados fornecidos pelo empregador, em um novo campo no Portal Emprega Brasil, que tratará ex-

clusivamente de informações sobre igualdade salarial e critérios remuneratórios. Também serão usadas informações do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Os dados serão coletados pelo Ministério todos os anos, nos meses de março e setembro, para atualização. Fevereiro e agosto serão os meses para que os empregadores forneçam informações complementares nos sistemas.

Os relatórios deverão ser publicados pelas empresas e instituições em seus canais eletrônicos de comunicação, como sites

e redes sociais, para que fiquem acessíveis aos trabalhadores e público em geral.

Caso seja identificada alguma irregularidade, as empresas terão 90 dias, após a notificação da Auditoria-Fiscal do Trabalho, para elaborar o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens. O documento deverá reunir medidas para resolução do problema, com prazos e forma de medir resultados.

Uma nova regulamentação definirá os instrumentos e critérios de fiscalização, mas a lei, já determina punições para casos

em que a mulher receba menos do que o homem fazendo a mesma função, como a aplicação de multa dez vezes o valor da existente em legislação anterior à Lei da Igualdade Salarial, elevada ao dobro em caso de reincidência. As empresas ilegais também ficam sujeitas ao apagamento de indexação por danos morais para casos de discriminação por sexo, raça, etnia, origem ou idade.

O aplicativo Carteira de Trabalho Digital foi definido como principal canal de denúncia contra a discriminação salarial e de critérios remuneratórios. (Agência Brasil)

Governo firma acordo com evangélicos para combater fome e pobreza

O governo federal vai utilizar a capilaridade das igrejas evangélicas para alcançar populações vulnerabilizadas e encaminhá-las para programas sociais. O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, assinou na segunda-feira (27), no Rio de Janeiro, um protocolo de intenções com 27 segmentos de igrejas evangélicas do Brasil.

O compromisso foi firmado para uma plateia de líderes evangélicos na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

A intenção é fazer com que as igrejas evangélicas sejam uma porta de encaminhamento de pessoas em situação de fome, pobreza e desemprego para programas sociais, como o Bolsa Família, benefícios previdenciários e Minha Casa, Minha Vida.

Os atendidos precisarão fazer parte do Cadastro Único (CadÚnico), banco de dados do governo federal para identificar famílias de baixa renda que precisam de assistência social e inclusão em programas de redistribuição de renda.

Para o ministro Wellington Dias, as igrejas evangélicas são um caminho para o governo chegar às populações mais necessitadas.

“Reconhecemos o trabalho

importante que têm as igrejas, nas várias denominações. Elas têm uma presença exatamente onde estão parcelas significativas das pessoas mais vulneráveis. Lidam, no seu dia a dia, com pessoas desempregadas, pessoas que passam fome, que querem uma oportunidade, são idosos abandonados, populações de ruas, crianças também abandonadas”, listou.

“O governo tem programas, e a gente quer estreitar condições de que esses programas também possam acontecer junto com entidades ligadas ao povo evangélico”, disse.

O ministro explicou que o acordo prevê que igrejas capacitem alguns integrantes para que eles sirvam de orientadores para as pessoas com dificuldades socioeconômicas. Por exemplo, direcionar famílias de baixa renda para Centros de Referência de Assistência Social (Cras), onde se inscreverão em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma espécie de aposentadoria para quem não contribuiu para o INSS ao longo da vida.

O termo firmado permite que igrejas possam fazer parte do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias. No projeto, as cozinhas adquirem alimentos subsidiados

por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, que compra a produção de famílias rurais mais pobres e da própria região. É uma forma de fornecer refeições populares e dinamizar a economia local.

“Nós estamos preparando para ter segurança alimentar do Brasil”, disse Dias.

Outra função do acordo com as igrejas é oferecer atendimento para que excluídos digitais possam fazer cadastros em programas sociais pela internet.

A oferta de cursos de qualificação profissional é mais um pilar do termo assinado nesta segunda-feira. O ministro ressaltou que haverá planejamento para oferecer cursos em áreas que necessitam de mão de obra. Ele citou o exemplo do setor de tecnologia da informação.

“Só aqui no Rio de Janeiro, são estimadas 20 mil vagas. Então, a gente precisa dar qualificação para uma área como essa”.

O ministério não informou o valor exato que será repassado às “entidades que trabalham como social”, como classificou o ministro Wellington Dias. “É um valor disponível para cada programa”. Segundo Dias, o controle do uso dos recursos será “por meio dos órgãos de controle, como em todas as áreas”.

Apesar de o mecanismo de

cooperação ter sido assinado com representações evangélicas, o diretor da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), Edgilson Tavares de Araujo, garante que não haverá discriminação de quem procura os programas governamentais.

“É um programa de atenção voltado para as pessoas em situação de vulnerabilidade de risco social, independentemente de quais sejam os credos. Todo e qualquer cidadão que necessitar do apoio necessário para sua proteção social certamente será acolhido”, disse à Agência Brasil.

O ministro Wellington Dias adiantou que articula com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a criação de um fundo garantidor de crédito para facilitar o acesso de pequenos empreendedores a empréstimos bancários. A proposta seria similar à que já existe para produtores rurais.

A ideia é o governo servir de avalista para o empreendedor que deseja abrir pequenos negócios. “Tendo o fundo garantidor, quem garante é o próprio governo. É isso que queremos fazer”, disse, acrescentando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva orientou que seja algo com taxas baratas e sem burocracia. (Agência Brasil)